



CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE
RU 3775611

**O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISE EM CONTEXTO
DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

SANTANA DO LIVRAMENTO – RS
2025

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE

**O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISE EM CONTEXTO
DE CALAMIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Assistente Social Alessandra Quadros da Costa

SANTANA DO LIVRAMENTO – RS

2025

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE - RU 3775611

**O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISE EM CONTEXTO
DE CALAMIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC Monografia, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: de Maio de 2025.

Dedico este trabalho a Deus, o regente da minha trajetória
e fortaleza nos momentos difíceis.
Aos meus pais Eliana e Carlos Eduardo,
dedico cada página deste TCC. A
determinação e coragem que enfrentaram
a cada desafio da vida, foram meu maior
exemplo de que tudo é possível.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, por ter me guiado até aqui, me amparado nos dias difíceis e me ensinado a transformar minhas dificuldades em força para seguir em frente.

Aos meus pais **Eliana** e **Carlos Eduardo** minha eterna gratidão. Obrigada por tudo amor, apoio, incentivo, pelos anos dedicados a mim e a minha educação e pelos abraços e palavras de conforto nas horas difíceis, vocês são minha motivação diária, tudo que sou como ser humano devo a vocês.

Ao meu irmão **Felipe** que mesmo de longe sempre me apoiou em todos os momentos, me mandando palavras de força e incentivo.

As minhas avós **Celeste, Maria e Dorinha** (in memoria), que partiram no meio desse sonho, mas continuam sendo meu exemplo de força, fé e oração, mesmo não estando presente fisicamente seguem sendo o farol que ilumina minhas lembranças.

Agradeço a minha amiga **Thais** que esteve lado a lado comigo mesmo longe fisicamente, faz parte dos dias mais difíceis da minha vida, e dos melhores dias da minha vida também, minha gratidão a tua amizade você faz parte de tudo isso!

Ao meu querido amigo/irmão **João Ygor** que desde o início me auxiliou ao novo mundo universitário, mesmo distante sempre presente, obrigada por tudo! Você também faz parte dessa trajetória.

A minha supervisora de campo no estágio obrigatório, **Camila Romualdo** por me acolher com tanto carinho e entusiasmo. Gratidão por toda sua dedicação e empenho, você é incrível !

A minha colega de curso **Dione**, por traçar esse caminho juntas e nos apoiarmos com palavras e atitudes, muito obrigada.

Aos meus tios **Eloisa e Miguel** que desde que iniciei meu cursinho preparatório foram e são meus maiores incentivadores, o apoio de vocês é um alento na alma, vocês são incríveis !

Por fim, agradeço a todos meus amigos, familiares e colegas que me apoiaram e estiveram ao meu lado durante a minha caminhada.

Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

(CFESS, 2012, p. 27)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social e de que forma desempenha seu papel na gestão de crise, em específico, no contexto de calamidade pública, no que condiz à organização de recursos, articulação e fortalecimento da rede de apoio. A gestão de crise em situações de calamidade pública envolve ações coordenadas para prevenir, mitigar e responder aos desastres, garantindo assistência emergencial e proteção social. No contexto da Política de Assistência Social, busca assegurar direitos e fortalecer a resiliência das populações vulneráveis. Foram realizadas a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica, embasadas na Teoria Social e Crítica Marxista, a partir da coleta de dados qualitativos que compõem a observação direta, a observação do participante, e a história oral e a análise de documentos, tendo como sujeitos da pesquisa as assistentes sociais que atuaram na linha de frente na enchente do estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. A partir da análise de conteúdo, essa pesquisa ~~nes~~ revela que é importante o reconhecimento do papel do/a assistente social em calamidade pública, pelos usuários e pela equipe multiprofissional, uma vez que essa profissional, através da sua metodologia de trabalho, pode intervir de maneira qualificada, ética e comprometida com a garantia de direitos e a proteção social da população afetada.

Palavras-chave: Assistente Social. Calamidade Pública. Políticas Públicas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la actuación del Trabajador Social y cómo él desempeña su papel en la gestión de crisis, específicamente en el contexto de calamidad pública, en lo que respecta a la organización de recursos, articulación y fortalecimiento de la red de apoyo. La gestión de crisis en situaciones de calamidad pública implica acciones coordinadas para prevenir, mitigar y responder a los desastres, garantizando la asistencia de emergencia y la protección social. En el marco de la Política de Asistencia Social, se busca garantizar derechos y fortalecer la resiliencia de las poblaciones vulnerables. Se realizó una investigación de campo y una investigación bibliográfica, fundamentada en la Teoría Social y Crítica Marxista, a partir de la recolección de datos cualitativos que comprenden la observación directa, la observación participante y el análisis de historia oral y documentos, siendo los sujetos de investigación los trabajadores sociales que trabajaron en primera línea durante las inundaciones en el estado de Rio Grande do Sul en mayo de 2024. Con base en el análisis de contenido, esta investigación revela que es importante que los usuarios y el equipo multidisciplinario reconozcan el papel del trabajador social en la calamidad pública, ya que este profesional, a través de su metodología de trabajo, puede intervenir de manera calificada, ética y comprometida con la garantía de los derechos y la protección social de la población afectada.

Palabras Clave: Trabajador Social . Calamidad Pública. Políticas Públicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNM	Confederação Nacional de Municípios
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
LOAS	Lei Organica da Assistencia Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
p.	Página
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SMAIS	Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E NORMATIVAS NO CONTEXTO DE CALAMIDADE PÚBLICA.....	14
2.1 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO DE DESASTRE: ENTRE NORMAS E PRÁTICAS	17
2.2 EMERGÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E ABORDAGENS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	19
3 A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E INTERSETORIALIDADE.....	23
3.1 A COMPLEXIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NA INTERVENÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL	26
3.2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA: DIRETRIZES, DESAFIOS E O PAPEL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES.....	29
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.1 AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS EM CONTEXTOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: PRIMEIRA ATUAÇÃO, LOCALIDADE E FUNÇÃO EXERCIDA.....	34
4.2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS: A VISÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DE CRISE.....	38
4.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERSPECTIVAS DE FORTALECIMENTO: ÀS DEMANDAS DAS CALAMIDADES E O FUTURO DA GESTÃO DE CRISES NO SERVIÇO SOCIAL.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	
ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51
TERMO DE CONFIABILIDADE DE DADOS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC possui como tema o papel do/a assistente social em gestão de crise no contexto de calamidade pública, o qual é resultante da experiência do período de Estágio Obrigatório realizado durante a etapa de Avaliação do Projeto de Intervenção, durante o período de Maio a Julho de 2024. O campo proporcionou vivências no qual uma delas foi estar no acolhimento das pessoas atingidas pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024.

A escolha do tema desta monografia foi profundamente influenciada pela experiência vivenciada durante o estágio supervisionado, realizado na Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social (SMAIS). No período de estágio, foi possível acompanhar de perto situações de extrema vulnerabilidade, como a de uma família composta por cinco crianças, desde um bebê de poucos meses até uma criança de, aproximadamente, sete anos, que chegou ao serviço após ter perdido seus pertences em decorrência da enchente. As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 referem-se às inundações que ocorreram no estado brasileiro do Rio Grande do Sul entre 27 de abril e 2 de maio de 2024, onde o governo gaúcho classificou como a “maior catástrofe climática” da história do estado, onde choveu de 500 a 700 mm. As chuvas de maio levaram mais de 14 trilhões de litros de água para o Lago Guaíba, afetando mais de 60% do território estadual. No dia 5 de maio o Governo Federal decretou estado de calamidade pública, e no dia 20 de agosto a Defesa Civil declarou 183 mortes. (Governo do Estado Rio Grande do Sul, 2024).

Na totalidade 478 municípios gaúchos foram atingidos pelas inundações, deslizamento de terra e quedas de barreira, cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas pelos efeitos das chuvas nas regiões Central, dos Vales, Serra e Metropolitana de Porto Alegre, sendo que mais de 442 mil moradores tiveram que deixar suas residências (cerca de 18 mil em abrigos e 423 mil desalojados). Mais de 640 mil residências tiveram o abastecimento de água cortado e mais de 440 mil clientes ficaram sem energia elétrica. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou que as enchentes causaram prejuízos de 4,6 bilhões de reais, principalmente, no setor habitacional. (Governo do Estado Rio Grande do Sul, 2024).

Em contextos de calamidade pública, como desastres naturais, pandemias e emergências sociais, a população enfrenta desafios que vão além de perdas materiais, afetando diretamente sua dignidade, condição de vida e acesso a direitos fundamentais. Nessas situações o/a assistente social desempenha um papel essencial, não apenas no atendimento imediato das demandas, mas também na implementação das políticas sociais de proteção e reconstrução do tecido social. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) destaca a importância do Serviço de Proteção em situações de complexidade. A Resolução nº 109, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e assinada por sua então presidente, Márcia Maria Biondi Pinheiro, em 2009, estabelece os parâmetros para a organização dos serviços socioassistenciais (CNAS, 2009).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências tem como papel “promover o apoio e a proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública” (KOURY, 2019, p. 31). Diante da intensificação dos desastres e das transformações socioambientais, torna-se evidente a necessidade de fortalecer a atuação dos/as assistentes sociais, garantindo-lhes suporte técnico e institucional adequado. No entanto, observa-se que as políticas públicas frequentemente apresentam falhas estruturais, sendo predominantemente reativas, sem um planejamento eficaz. Além disso, a formação dos/as assistentes sociais ainda carece de capacitação específica para atuar em contextos de crises, resultando em dificuldades na articulação interinstitucional e na efetivação de respostas ágeis e coordenadas.

Dessa forma, a problemática desta pesquisa centra-se nos desafios e contradições enfrentados pelos/as assistentes sociais na gestão de crises em contexto de calamidade pública. Considerando lacunas existentes nas políticas de Assistência Social, a escassez de recursos e sobrecarga de demandas, busca-se compreender de que maneira esses profissionais superam as limitações estruturais e articulam estratégias eficazes para garantir o atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

O problema abordado na presente monografia é: Como atua o/a assistente social na gestão de crise no contexto de calamidade pública?

O objetivo geral se propõe em analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contexto de calamidade pública.

Quanto aos objetivos específicos, são eles:

- Estudar as políticas públicas e normativas relacionadas ao contexto de calamidade pública.
- Relacionar o Serviço Social com as políticas públicas e normativas relacionadas ao contexto de calamidade pública.
- Analisar o processo interventivo do/a assistente social no contexto de calamidade pública.

A relevância desta pesquisa decorre da carência de estudos específicos sobre a atuação do/a assistente social em cenários de crise, apesar da importância prática do tema, são poucos os trabalhos que aprofundam essa discussão, o que evidencia a necessidade de ampliar os debates e a produção de conhecimento na área. Além disso, a pesquisa contribui para a formulação de políticas públicas e protocolos voltados à gestão de crises, visando fortalecer a garantia de direitos das populações atingidas (Governo do Estado Rio Grande do Sul, 2024).

O estudo também se justifica pelo seu impacto social e humano, uma vez que busca promover a equidade e a justiça social por meio da aplicação de estratégias que minimizem os impactos da calamidade sobre os mais vulneráveis.

Considerando o aumento da frequência e intensidade de desastres naturais no Brasil, em grande parte associado às mudanças climáticas, a atuação do/a assistente social torna-se ainda mais desafiadora. A insuficiência de preparo técnico, a escassez de recursos e a ausência de protocolos específicos foram identificadas como dificuldades que impactam a qualidade da assistência prestada, reforçando a necessidade de fortalecer esses profissionais.

Além de contribuir para o aprimoramento da prática profissional, este estudo também se destaca pela sua importância na formação de novos assistentes sociais. A pesquisa evidencia as lacunas na capacitação desses profissionais para atuação em contextos de crise, apontando para a necessidade de programas contínuos de formação técnica e estratégica. Dessa forma, os resultados obtidos poderão subsidiar a construção de políticas públicas mais eficazes, promovendo maior inclusão social e garantindo um atendimento digno e qualificado às populações afetadas por calamidades.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na fase de Investigação foi utilizada a Teoria Social e Crítica Marxista para promover o saber científico, assim como esclarece Netto (2011, p. 18): Para Marx, a crítica ao conhecimento acumulado implica analisá-lo de forma racional, esclarecendo seus fundamentos, condicionantes e limites, ao mesmo tempo em que seus conteúdos são confrontados com os processos históricos que os originaram e influenciaram. Marx sugere que a crítica não deve se restringir a uma mera observação teórica, mas deve integrar os processos históricos como aspectos fundamentais para entender e validar o conhecimento. Seguindo com a linha de pesquisa “Políticas Sociais e Direitos Humanos” dispendo-se da natureza de pesquisa qualitativa. Efetuou-se o uso da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e pesquisa de campo, utilizando-se de documentos legais e normativos.

Como técnica utilizada para coleta de dados que conduziram o caminho necessário para chegar ao objetivo elencado, realizou-se um questionário com perguntas mistas onde 6 assistentes sociais que atuaram na linha de frente na enchente do estado do Rio Grande do Sul de 2024 participaram desta pesquisa, para realizar a coleta de dados essa combinação de perguntas proporcionou uma visão ampla sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais e as estratégias adotadas em situações de crise, permitindo uma análise detalhada tanto das tendências gerais quanto das vivências individuais dos profissionais. Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos. Para tanto, no Capítulo 2, apresenta-se o debate teórico em torno das políticas públicas e normativas relacionadas ao contexto de calamidade pública.

No Capítulo 3, o tema é as estratégias adotadas pelos assistentes sociais para coordenar situações de calamidade pública.

No Capítulo 4 encontra-se a Análise e Discussão dos Resultados.

No Capítulo 5 estão as Considerações Finais e, em seguida, as Referências.

Portanto, o presente trabalho analisa o papel do/a assistente social na gestão de crise no contexto de calamidade pública, destacando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e a importância da articulação com as políticas públicas e as demais instituições. Dessa forma espera-se que este estudo auxilie na construção

de um modelo de assistência social mais preparado para responder às demandas emergenciais, garantindo a proteção e os direitos da população em situações de vulnerabilidade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E NORMATIVAS NO CONTEXTO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Apesar da existência de Políticas Públicas e Normativas, ainda há grandes desafios na implementação dessas políticas, como a falta de recursos, a desarticulação interinstitucional e a ausência de capacitação específica para os profissionais da área. Diante desse cenário este capítulo tem como objetivo analisar as principais normativas que orientam a atuação do/a assistente social em contextos de calamidade pública, identificando as lacunas e dificuldades enfrentadas na prática. Para isso serão abordados os marcos legais e as diretrizes que regulamentam essa atuação, bem como as limitações que comprometem a efetividade das respostas às crises e a garantia dos direitos da população afetada.

As Políticas Públicas desempenham um papel fundamental na garantia de direitos e na proteção social da população atingida por calamidades públicas. No contexto da atuação do/a assistente social essas normativas são essenciais para estruturar respostas emergenciais, assegurando o acesso a serviços e benefícios sociais:

No âmbito do SUAS, foi criado o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Esse Serviço foi definido e regulamentado pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como um serviço de proteção social especial de alta complexidade que deve ser executado em articulação com a rede existente no território, com órgãos e serviços públicos municipais, distrital, estaduais e federais, organizações não governamentais e redes sociais de apoio (NERIS, et al. 2020, p.110).

Entretanto, apesar da regulamentação desse serviço no âmbito SUAS, sua implementação ainda enfrenta vários entraves significativos. A articulação entre os diferentes entes federativos e instituições, conforme previsto na Resolução CNAS nº 109/2009, nem sempre ocorre de maneira eficaz resultando sobrecarga nos serviços socioassistenciais e dificultando a oferta de um atendimento qualificado às populações atingidas.

O caráter emergencial das calamidades exige respostas rápidas e coordenadas, o que nem sempre é viável diante da burocracia e da insuficiência de protocolos padronizados para a gestão dessas situações. Além disso, a falta de investimento em infraestrutura e escassez de capacitação contínua para os profissionais que atuam nesses contextos agravam as dificuldades na execução deste serviço:

Posteriormente à criação do referido Serviço, a definição dos parâmetros e dos recursos para o cofinanciamento federal foram pactuados e aprovados na forma da Resolução CIT nº 7, de 17 de maio de 2013 e da Resolução CNAS nº 12, de 11 de junho de 2013. A regulamentação se deu por meio da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, que dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para a sua oferta, que tem como finalidade promover apoio e proteção às famílias e indivíduos afetados por situações de emergência e de calamidade pública, que se encontrem desabrigados e desalojados, assegurando acolhimento imediato em condições dignas e de segurança (NERIS, et al. 2020, p.110).

A regulamentação desse serviço, conforme estabelecido nas resoluções e na Portaria MDS nº 90/2013, representou um avanço ao definir parâmetros específicos para o cofinanciamento federal e a operacionalização da assistência à população afetada por calamidades. Essa normatização busca garantir o acolhimento imediato em condições dignas e seguras, assegurando que a família e indivíduos desabrigados tenham acesso a proteção social no contexto emergencial.

No entanto, apesar da existência desses marcos regulatórios, persistem desafios na implementação efetiva desse serviço. A burocracia no repasse de recursos, a dificuldade de articulação entre os entes federativos e a insuficiência de infraestrutura nos municípios impactam diretamente a capacidade de respostas às emergências socioassistenciais. Muitas localidades enfrentam limitações no acesso aos fundos de cofinanciamento, o que compromete a estruturação adequada dos serviços e a manutenção das equidades capacitadas para atuar em contextos de crise.

Além disso, a descontinuidade de investimentos e a falta de planejamento evidenciam lacunas na efetividade dessas normativas. A atuação do/a Assistente Social, essencial para a articulação da rede de proteção e o atendimento direto às populações atingidas, frequentemente se dá em condições de precarização, com sobrecarga de trabalho e a ausência de diretrizes operacionais claras. Dessa forma,

é fundamental não apenas reconhecer a importância da regulamentação existente, mas também discutir estratégias para a sua implementação plena e eficaz.

A insuficiência das políticas públicas e a falta de efetividade na garantia dos direitos fundamentais são evidentes em situações de calamidade pública, como demonstrado no caso das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Apesar dos esforços comunitários e a solidariedade social, muitas famílias que perderam suas moradias reconstruíram suas casas por meio de doações, mas permanecem sem acesso a serviços básicos essenciais, como água e energia elétrica.

Uma reportagem recente evidencia a precariedade vivida por famílias, que, além de enfrentarem a devastação causada pelo desastre natural, continuam a lidar com condições indignas de habitação. Uma das moradoras do loteamento na cidade de Cruzeiro do Sul - RS, que recebeu auxílio para reconstruir sua casa, relata que, mesmo após meses da mudança, ainda não há instalação de energia elétrica nem abastecimento de água no local. A escassez de recursos básicos tem impacto direto na qualidade de vida dessas famílias, que enfrentam dificuldades para manter a alimentação e higiene adequadas, sendo obrigadas a racionar água para necessidades mínimas. Além disso, a ausência de iluminação no loteamento aumenta a vulnerabilidade dos moradores, que permanecem em constante estado de alerta por medo de invasões e furtos, o que agrava mais a sensação de insegurança e desamparo.

Essa realidade demonstra a fragilidade da resposta do poder público diante de calamidades, evidenciando não apenas a insuficiência de políticas de atendimento emergencial, mas também a falta de planejamento e continuidade das ações de reconstrução e reintegração social. O caso reforça a importância da atuação do/a assistente social nesse contexto, buscando garantir o acesso a direitos e cobrando políticas públicas mais eficazes para a proteção das populações afetadas:

(...)a maioria das situações que geram emergências sociais ocorrem sem que haja um planejamento para este tipo de ocorrência, no que diz respeito, especialmente a proteção dos direitos humanos dessas pessoas. Podemos exemplificar como os mais básicos, aqueles relacionados às necessidades de subsistência das famílias: alimentos, água potável, vestuário, saneamento, alojamento e demais serviços básicos como os de saúde. Estes recursos devem ser disponibilizados sem que haja nenhum tipo de

discriminação ou comprovação vexatória de necessidades (MEDEIROS, 2023, p. 16).

Revela-se a lacuna crítica entre o planejamento e a execução nas situações de emergência social, salientando a ausência de estratégias adequadas para a garantia da proteção dos direitos humanos das populações afetadas. Este contexto reforça a tensão entre as normas e a prática na Política de Assistência Social e Gestão de Desastres. Enquanto as políticas públicas e normativas estabelecem diretrizes para a resposta emergencial, a realidade vivida pelas vítimas de desastres aponta para uma implementação falha, especialmente no que diz respeito à garantia de necessidades básicas, como alimentação, água potável, e abrigo.

2.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GESTÃO DE DESASTRES: ENTRE NORMAS E PRÁTICAS

A Política de Assistência Social, enquanto política essencial, desempenha um papel fundamental na proteção da população em situações de emergência e calamidade pública. Historicamente, a atuação da assistência social nestes contextos esteve vinculada a ações pontuais de amparo às vítimas, sem um caráter estruturado dentro do sistema de gestão de riscos e desastres. No entanto, com o reconhecimento da necessidade de respostas coordenadas e integradas, a assistência social passou a compor oficialmente o Sistema de Proteção e Defesa Civil, consolidando-se como uma política estratégica para garantir direitos e oferecer suporte às populações vulneráveis:

Dentre as diretrizes que orientam as respostas do SUAS no contexto das emergências, a articulação intersetorial, especialmente com os órgãos de Proteção e Defesa Civil locais, têm importância significativa. É por meio da articulação com a Defesa Civil que a Assistência Social passa a fazer parte do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) como uma política pública essencial (FERREIRA, 2023,p. 7).

A citação evidencia o reconhecimento da Assistência Social como um eixo essencial na gestão de crises, garantindo não apenas a assistência imediata às populações atingidas, mas também a implementação de estratégias que visam à proteção e à reconstrução social. Essa incorporação ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil representa um avanço na organização das respostas

emergenciais, possibilitando maior articulação entre diferentes políticas públicas e ampliando o alcance das ações voltadas à mitigação dos impactos das calamidades.

Apesar desse avanço normativo, a implementação efetiva da assistência social no contexto da Proteção e Defesa civil ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais é a insuficiência de recursos financeiros e humanos destinados à execução dessas ações, o que compromete a abrangência e a qualidade de atendimento a essas populações afetadas. Além disso, muitas vezes, os municípios não possuem equipes capacitadas para lidar com crises de grande escala, o que resulta em respostas desarticuladas e improvisadas, agravando ainda mais a vulnerabilidade dos atingidos. Segundo a matéria do jornal Repórter Brasil (2024):

Poucos dias após o início das chuvas que devastaram boa parte do Rio Grande do Sul, o governo do estado informou ter R\$117 milhões reservados para projetos relacionados a desastres naturais em 2024. Uma análise do orçamento para políticas de prevenção da Defesa Civil, porém, revela que o valor alocado para esse tipo de ação é bem menor: R\$10,75 milhões – apenas 9% do anunciado (REPÓRTER BRASIL,2024).

O governo estadual anunciou a reserva de R\$117 milhões para projetos relacionados a desastres naturais em 2024. Porém, uma análise do orçamento voltado à prevenção realizada pela Defesa Civil revela que o montante efetivamente alocado para essa finalidade é significativamente inferior, totalizando apenas R\$10,75 milhões – o que corresponde a apenas 9% do valor inicialmente divulgado (REPÓRTER BRASIL,2024).

Essa discrepância evidencia um descompasso entre o orçamento anunciado e os recursos realmente destinados às ações de prevenção e resposta a desastres, o que levanta questionamentos sobre a priorização dos investimentos públicos e a eficácia das políticas voltadas à gestão de riscos climáticos. Embora os investimentos na Defesa Civil sejam fundamentais, outras áreas, como planejamento urbano, infraestrutura e educação, também desempenham um papel essencial na mitigação dos impactos dos desastres naturais e na construção de comunidades mais resilientes.

Essa disparidade orçamentária entre o valor anunciado e os recursos efetivamente alocados evidencia desafios estruturais na gestão de desastres, especialmente no que tange à prevenção e resposta emergencial. Nesse sentido, a

atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é fundamental para garantir uma resposta articulada e eficiente. Conforme avançado:

Para responder às emergências de forma rápida, o SUAS dispõe de um conjunto de diretrizes e medidas que integram esforços e responsabilidades compartilhadas entre Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios, conforme preconizado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em seus artigos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o cumprimento das suas atribuições enquanto política pública. Todos os entes são co-responsáveis na Gestão do Risco e na Gestão do Desastre são chamados a atuar de forma conjunta (FERREIRA, R. A, 2023,p.10).

Dessa forma, a atuação do SUAS na gestão do risco e do desastre exige a cooperação entre os diferentes níveis de governo, buscando garantir uma resposta coordenada e eficaz. No entanto, para que esse processo ocorra de maneira satisfatória, é essencial que os recursos financeiros sejam devidamente alocados e que haja um planejamento integrado entre as diferentes esferas de governo e setores da sociedade.

2.2 EMERGÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E ABORDAGENS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As emergências socioambientais estão diretamente relacionadas às condições de vulnerabilidade das populações atingidas, sendo agravadas pela precariedade dos territórios ocupados e pela ausência de planejamento adequado para enfrentá-las. Nesse contexto, a Política de Assistência Social desempenha um papel essencial ao considerar não apenas os impactos dessas crises, mas também a garantia de direitos fundamentais. O acesso a recursos básicos, como alimentação, água potável, vestuário e moradia, deve ocorrer de forma digna e sem barreiras que possam intensificar a exclusão social das famílias afetadas.

(...) a maioria das situações que geram emergências sociais ocorrem sem que haja um planejamento para este tipo de ocorrência, no que diz respeito, especialmente a proteção dos direitos humanos destas pessoas. Podemos exemplificar como os mais básicos, aqueles relacionados às necessidades de subsistência das famílias: alimentos, água potável, vestuário, saneamento, alojamento e demais serviços básicos como os de saúde. Estes recursos devem ser disponibilizados sem que haja nenhum tipo de discriminação ou comprovação vexatória de necessidades (MEDEIROS, C. R. V. “et al”, 2023,p.16).

A necessidade de um planejamento adequado para enfrentar emergências sociais, como destacado por Medeiros et al. (2023), revela a fragilidade das respostas institucionais diante das necessidades mais básicas das famílias afetadas. Para que a Política de Assistência Social seja eficaz nesses contextos, é necessário que ela se articule não apenas com a provisão imediata de recursos, mas com ações que considerem dinâmicas territoriais e as especificidades das populações em risco. A falta de acesso a serviços essenciais como água, saneamento e saúde, por exemplo, evidencia a importância de uma atuação coordenada entre os diferentes níveis de governo, com foco na continuidade das ações e na integração entre políticas públicas. Todavia é crucial que os/as assistentes sociais desempenhem um papel ativo na mediação entre as necessidades da população e implementação de soluções que atendam as condições de vida digna e à proteção aos direitos humanos, sem discriminação ou humilhação.

Para compreender a complexidade das emergências socioambientais, é essencial considerar não apenas os eventos em si, mas também as condições sociais e territoriais que tornam determinadas populações mais vulneráveis a esses desastres. A pobreza, as desigualdades estruturais e as condições precárias de habitação contribuem diretamente para a intensificação dos impactos dessas crises, expondo ainda mais as famílias em risco. A Política de Assistência Social, ao enfrentar tais desafios, precisa não só garantir uma resposta imediata, mas também compreender os diferentes elementos que envolvem o território e as condições de vida das populações afetadas.

Na perspectiva apresentada, através da matriz pedagógica deste curso, é pertinente a análise dos seguintes elementos sob a ótica da Política de Assistência Social: as definições dos principais tipos de emergências socioambientais, o agravamento destas ocorrências num contexto de pobreza, de inúmeras vulnerabilidades e riscos sociais, assim como, uma leitura sobre a dinâmica dos territórios e suas influências nos espaços ocupados pelas famílias para moradia, em sua maioria de risco (MEDEIROS et al., 2023, p. 11).

Destaca-se a pertinência da análise das condições territoriais e das vulnerabilidades socioambientais na formulação de políticas de assistência social. Essa abordagem é crucial, pois permite identificar e compreender as especificidades dos territórios de risco, onde as famílias vivem em situações de maior fragilidade. No

entanto, apesar de a análise ser pertinente, é necessário que a Política de Assistência Social se distancie da visão meramente reativa e se aprofunde em medidas preventivas que levem em conta o planejamento urbano e a inclusão social. A dinâmica dos territórios, por exemplo, exige intervenções que considerem não apenas a assistência imediata, mas também o planejamento de longo prazo para a mitigação dos riscos e a redução das vulnerabilidades estruturais. A atuação do assistente social, nesse sentido, deve ser proativa, buscando sempre a integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para a construção de soluções sustentáveis e duradouras.

A gestão de contextos de emergência socioassistencial implica na adoção de medidas que envolvam diversos setores e atores sociais, tendo como objetivo desenvolver um conjunto de ações e políticas públicas voltadas à proteção social, principalmente no alcance da identificação e de soluções das vulnerabilidades existentes no território. Por sua complexidade, ao envolver uma gama variada de setores, a intersetorialidade exige atenção e planejamento, de forma a não deixar em segundo plano os vínculos existentes e já estabelecidos, as memórias e os direitos individuais e coletivos, e demais aspectos subjetivos envolvidos (MEDEIROS et al., 2023, p.15).

Nesse contexto, a emergência socioassistencial não pode ser dissociada das mudanças climáticas, cujos impactos intensificam vulnerabilidades e exigem respostas cada vez mais articuladas. O aumento das temperaturas e a recorrência de eventos extremos reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais que garantam proteção social e adaptação sustentável. Segundo a IPAM Amazônia (s.d.), destaca que:

O ano de 2024 ilustra a relação do aumento da temperatura com os extremos climáticos. Considerado o ano mais quente da história, 2024 teve a temperatura média 1,6°C acima dos níveis pré-industriais e registrou, por exemplo, inundações, secas e incêndios de grande proporção.

A relação entre o aumento da temperatura global e intensificação dos eventos climáticos extremos, conforme salientado pelo IPAM Amazônia (s.d.), evidencia a necessidade de um planejamento mais eficiente para a gestão de crises em calamidades públicas. O impacto direto desses fenômenos como inundações, secas e incêndios comprometem a segurança e o bem-estar das populações mais vulneráveis.

O aquecimento global é um fenômeno cientificamente comprovado desde o século XIX, e seus impactos sobre o clima já eram antecipados por pesquisadores, povos indígenas e comunidades tradicionais, que identificavam transformações no ambiente e a possibilidade de agravamento dessas condições. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC,s.d.), há indícios de que eventos climáticos extremos tendem a se tornar mais frequentes e intensos ao longo das próximas décadas.

Nesse contexto, tais fenômenos, ao afetarem diretamente populações humanas, configuram-se como desastres, pois resultam em prejuízos significativos à vida, ao meio ambiente e à economia. Todavia, não se pode considerá-los totalmente imprevisíveis, visto que sua ocorrência pode ser analisada a partir de padrões climáticos e históricos (IPAM Amazônia, s.d.).

O ano de 2024 ilustra a relação do aumento da temperatura com os extremos climáticos. Considerado o ano mais quente da história, 2024 teve a temperatura média 1,6°C acima dos níveis pré-industriais e registrou, por exemplo, inundações, secas e incêndios de grande proporção. Os incêndios na Amazônia, entre junho e agosto de 2024, emitiram 60% mais CO₂ do que em 2023. Já no Rio Grande do Sul, as enchentes atingiram 471 cidades, deixaram 183 mortos, 27 desaparecidos e desabrigaram 600 mil pessoas no mesmo ano (IPAM Amazônia, s.d.).

O aumento dos eventos climáticos extremos no território brasileiro, como observado em 2024, demonstra a urgência de medidas preventivas e respostas competentes para reduzir os impactos sobre as populações vulneráveis que são atingidas por esses eventos. Nessa circunstância, a articulação entre diferentes setores e o fortalecimento das políticas públicas e políticas de assistência social tornam-se fundamentais para a proteção social em cenários de calamidade pública.

Além disso, a precarização das condições de vida das populações atingidas por desastres reforça a necessidade de um olhar crítico sobre as desigualdades sociais agravadas por esses eventos. O acesso a direitos básicos, como moradia digna, saúde e segurança alimentar, é frequentemente comprometido em cenários de calamidade, exigindo do/a assistente social uma intervenção pautada na equidade e na justiça social.

Isso implica na necessidade de articulação com diferentes políticas públicas, como habitação, saúde e assistência social, a fim de assegurar uma resposta coordenada e eficaz. Além disso, o/a assistente social deve atuar na sensibilização e

mobilização da sociedade civil, promovendo o fortalecimento das redes de apoio comunitário e incentivando a participação social na formulação e implementação de estratégias de enfrentamento aos desastres. Dessa forma, sua atuação contribui não apenas para a mitigação dos impactos das calamidades, mas também para a construção de políticas mais inclusivas e resilientes, que considerem as especificidades e necessidades das populações mais vulneráveis.

Assim, o próximo capítulo discutirá as principais estratégias e desafios da atuação desse profissional na gestão de crises, destacando sua importância na promoção da proteção social e na reconstrução das comunidades afetadas.

3 A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E INTERSETORIALIDADE

Diante de situações de calamidade pública, a atuação dos assistentes sociais torna-se essencial para a coordenação de ações emergenciais e a garantia de direitos sociais da população afetada. Esses profissionais desempenham um papel estratégico na articulação entre diferentes setores, planejando e executando intervenções que visam minimizar os impactos sociais e promover o acesso a recursos e serviços públicos.

Para isso, são empregadas diversas estratégias e práticas que envolvem desde a mobilização de redes de apoio até a formulação de respostas integradas e interinstitucionais. Neste contexto, torna-se fundamental compreender as principais metodologias utilizadas pelos assistentes sociais, bem como os desafios enfrentados na implementação dessas ações em cenários de crise:

A Lei Federal no 12.608/12, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) descreve que a atuação intersetorial deve ser a principal estratégia para a resolução direta do Estado nestas áreas e sobre as diversas ocorrências possíveis. Um debate surge a partir da aprovação do sistema, apresentando três condicionantes: o planejamento, o

pronto-atendimento e as garantias financeiras para as ações emergenciais, que não são uma preocupação dos governos (KOURY, 2017-2020,p.30).

A importância da intersetorialidade na resposta estatal a calamidades públicas, conforme previsto na Lei Federal nº 12.608/12. No entanto, embora o planejamento, o pronto-atendimento e as garantias financeiras sejam condicionantes essenciais para a eficácia das ações emergenciais, a ausência de um compromisso governamental consistente com esses aspectos limita a efetividade das intervenções.

Esse cenário impacta diretamente o trabalho dos assistentes sociais, que, apesar de desempenharem um papel fundamental na articulação de políticas e serviços, muitas vezes enfrentam dificuldades devido à insuficiência de recursos e à falta de coordenação entre os diferentes setores. Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho (IAMAMOTO,1998, p. 63).

A afirmação de lamamoto (1998) destaca a natureza coletiva da atuação do assistente social, evidenciando que sua prática profissional não ocorre de maneira isolada, mas integrada a uma equipe multidisciplinar. Esse aspecto é especialmente relevante em contextos de calamidade pública, nos quais a articulação entre diferentes profissionais e setores é essencial para garantir respostas eficazes às demandas da população. Dessa forma, a atuação do assistente social se insere em um processo de trabalho que exige cooperação, diálogo e construção conjunta de estratégias, reafirmando a importância da intersetorialidade na gestão de crises.

Num cenário de desastre, por exemplo, a Defesa Civil irá coordenar todas as ações existentes, entre elas as ações de Assistência Social. Segundo Siena, é válido salientar que nem todos os municípios possuem a presença institucional deste organismo, enquanto a Assistência Social está presente em 99,9% dos municípios, a Defesa Civil está presente em apenas 54,26% deles. Este, talvez, seja um dos motivos de tanto envolvimento das equipes de assistência social em ações que não são afetas às ofertas de proteção social (MEDEIROS,2023,p. 21).

Revela-se uma importante desigualdade na estrutura institucional voltada para a gestão de desastres no Brasil, evidenciando que, enquanto a Assistência Social está presente na grande maioria dos municípios, a Defesa Civil, responsável pela coordenação das ações em cenários de calamidade, está presente em menos da

metade deles. Essa discrepância institucional pode explicar o elevado envolvimento das equipes de Assistência Social em atividades que ultrapassam suas atribuições tradicionais, assumindo responsabilidades que, em um cenário ideal, seriam coordenadas pela Defesa Civil.

Tal realidade impõe desafios para os assistentes sociais, que, mesmo diante da ausência de uma estrutura de Defesa Civil adequada em muitos municípios, se veem compelidos a articular respostas de proteção social em contextos de desastre, ampliando o alcance de suas ações e, muitas vezes, assumindo funções cruciais para o atendimento à população afetada.

Todo o trabalho realizado visa a qualificação técnica das equipes de assistência social, mas para isso precisamos conhecer um pouco sobre a gestão destes eventos e interação com as demais políticas públicas, especialmente a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012). A Defesa Civil no Brasil está organizada num sistema nacional e atua na coordenação e planejamento de ações na ocorrência de eventos diversos por meio da prevenção, mitigação (minimizar consequências do risco), preparação, resposta e recuperação” (KOURY, 2023,p. 20).

A citação ressalta a importância da qualificação técnica das equipes de Assistência Social no contexto da gestão de desastres, apontando que o conhecimento da interação entre a Assistência Social e as demais políticas públicas, especialmente a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, é fundamental para uma atuação eficaz. A Lei 12.608/2012, que organiza a Defesa Civil no Brasil, oferece um marco legal que estrutura as ações preventivas, mitigadoras e de resposta a desastres, mas também exige a colaboração interinstitucional para que a resposta seja eficiente.

Nesse sentido, o trabalho dos assistentes sociais se torna ainda mais relevante, pois sua atuação não se limita apenas ao atendimento social imediato, mas envolve também uma integração com o planejamento e a execução das políticas públicas em todos os estágios de um desastre, desde a prevenção até a recuperação. Essa articulação é essencial para garantir que as ações sejam coordenadas e que a população afetada tenha acesso a uma rede de apoio integral.

3.1 A COMPLEXIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NA INTERVENÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

A atuação do/a assistente social em contextos de calamidade pública envolve desafios que extrapolam as demandas cotidianas do trabalho na política de assistência social. Nessas situações, é exigido dos profissionais um nível elevado de preparo técnico, agilidade nas decisões e capacidade de adaptação a cenários instáveis e imprevisíveis. As emergências socioassistenciais impõem a necessidade de respostas rápidas e eficientes, voltadas à garantia dos direitos fundamentais da população afetada. Sobre esse aspecto, destaca-se que:

Os contextos de emergência socioassistencial têm como característica primordial a necessária rapidez nas ações de resposta, especialmente quando se trata de questões de sobrevivência da população (alimentação, água e abrigo). Por serem direcionadas a eventos marcados por incertezas e imprevisibilidade, as respostas requerem, em geral, alteração da rotina dos serviços e da metodologia do fazer técnico, exigindo dos profissionais disponibilidade para flexibilização do horário de trabalho, estruturação e implementação de ações nunca desenvolvidas e capacidade para atuação em rede, escuta qualificada e trabalho interdisciplinar articulado. Em alguns casos, é necessário, inclusive, incorporar novos profissionais ou deslocar profissionais de uma atividade para outra (NERIS, M. S. M et al. 2021, p. 26).

A citação traz a complexidade da atuação do/a assistente social em contextos de emergência, onde a urgência das necessidades básicas da população exige uma reorganização imediata da rotina institucional e da prática profissional. A imprevisibilidade desses cenários impõe ao/a profissional não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma postura ética e sensível diante das múltiplas expressões da questão social. A capacidade de flexibilizar horários, adaptar metodologias e desenvolver ações inéditas revela um traço fundamental da atuação do/a assistente social em calamidades, a criatividade profissional aliada ao compromisso com a garantia de direitos.

Além disso, é importante destacar que essa atuação não ocorre de forma isolada. A exigência de trabalho em rede e de articulação interdisciplinar reforça o caráter coletivo da resposta às emergências, ressaltando a importância do diálogo entre os diversos setores das políticas públicas. No entanto, essa exigência muitas vezes esbarra em limites estruturais, como a escassez de recursos humanos, a

sobrecarga de trabalho e a fragilidade das redes de proteção social, fatores que desafiam a efetividade das ações propostas. Ainda assim, o/a assistente social se mostra essencial nesses contextos, sendo um agente estratégico para a mediação entre as necessidades da população e as respostas do Estado.

São diretrizes para a atuação da Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial:

- Primazia da coordenação do poder público-estatal
- Ações coordenadas e fortalecimento das capacidades locais
- Garantia dos direitos, prevenção e combate à violência e violação de direitos
- Fortalecimento da participação e do controle social e respeito à cultura local
- Atuação intersetorial (NERIS, et al. 2021, p. 26,27).

As diretrizes apresentadas por Neris et al. (2021) revelam a complexidade e a amplitude que a atuação da política de Assistência Social deve assumir em situações de emergência socioassistencial. A primazia do poder público-estatal evidencia o papel central do Estado na coordenação das ações, reafirmando a responsabilidade pública na proteção social da população. No entanto, a efetividade dessa coordenação depende diretamente da capacidade de articulação e da presença de políticas públicas estruturadas nos territórios, o que, em muitos casos, se apresenta como um grande desafio. Situações de calamidade frequentemente escancaram fragilidades históricas da rede de proteção social, exigindo respostas que vão além do improviso.

Outro ponto que merece destaque é a ênfase no fortalecimento da participação social e da intersetorialidade. Essas diretrizes reforçam que, mesmo em contextos de urgência, a atuação deve manter o compromisso ético-político com os princípios que regem o Serviço Social e a política de Assistência Social. A escuta ativa das demandas da população, o respeito à diversidade e a articulação entre diferentes setores: como saúde, educação, habitação e segurança, são estratégias fundamentais para garantir respostas mais integradas e eficazes. Assim, a atuação em situações emergenciais deve ser não apenas técnica e rápida, mas também profundamente comprometida com os direitos humanos e a justiça social. A atuação do/a assistente social, especialmente em contextos marcados por situações de calamidade pública, é atravessada por diversos entraves que vão além das demandas imediatas da população. Ainda que o compromisso ético-político da profissão esteja voltado à garantia de direitos e ao enfrentamento das desigualdades

sociais, a prática cotidiana é constantemente tensionada por limitações impostas pelas próprias estruturas institucionais. Nesse sentido, é importante reconhecer que: As barreiras estruturais, como a falta de investimento em políticas sociais e a burocracia institucional, limitam a ação do assistente social e dificultam o acesso da população aos direitos básicos (MARTINELLI, 2010, p.89).

Evidencia-se uma das maiores contradições vivenciadas pelos/as assistentes sociais no exercício da profissão: a tensão entre o compromisso com a garantia de direitos e as limitações impostas pela estrutura estatal. A insuficiência de investimentos em políticas públicas compromete diretamente a efetividade dos serviços ofertados, especialmente em contextos de emergência, onde a demanda por respostas rápidas e eficazes é ainda mais intensa. Além disso, a burocracia institucional, muitas vezes excessiva e desarticulada das reais necessidades da população, contribui para o agravamento das desigualdades sociais, atrasando o acesso aos direitos básicos e tornando o trabalho técnico ainda mais desafiador.

Nesse cenário, o/a assistente social é constantemente convocado a desenvolver estratégias criativas e críticas para intervir, mesmo diante da escassez de recursos e de condições objetivas para a realização plena de seu trabalho. A atuação profissional, portanto, exige não apenas domínio técnico, mas também uma postura ética e política voltada para a denúncia das violações de direitos e para a mobilização da rede socioassistencial. As barreiras estruturais não anulam o potencial transformador do Serviço Social, mas reforçam a necessidade de luta coletiva e articulação com outros setores para fortalecer as políticas públicas e ampliar o acesso da população aos seus direitos. As crises sociais, sejam resultantes de desastres naturais ou de conjunturas econômicas, expõem as fragilidades dos serviços públicos, tornando o papel do assistente social ainda mais desafiador” (MARTINELLI, 2010, p. 67).

Martinelli (2010) revela como as crises sociais, independentemente de sua origem, funcionam como catalisadoras das desigualdades já existentes e evidenciam a precarização dos serviços públicos. Em situações de emergência, como desastres naturais ou crises econômicas, as políticas públicas são testadas em sua capacidade de resposta, e, muitas vezes, demonstram fragilidades históricas como descontinuidade de ações, falta de estrutura física e humana, e ausência de planejamento articulado. É nesse contexto de instabilidade e pressão que o/a

assistente social é chamado a intervir, enfrentando obstáculos que exigem não apenas habilidade técnica, mas também resistência ética e política.

Diante desses desafios, o papel do/a assistente social torna-se ainda mais estratégico, pois é por meio de sua atuação que muitas famílias em situação de vulnerabilidade conseguem acessar direitos mínimos. No entanto, essa atuação ocorre sob condições adversas, marcadas por sobrecarga de trabalho, escassez de recursos e ausência de suporte institucional. Assim, a profissão é constantemente tensionada a conciliar a intervenção imediata com a crítica às estruturas sociais que produzem e perpetuam as desigualdades. A crise, nesse sentido, não apenas impõe novas demandas, mas também reafirma a centralidade do Serviço Social como campo de resistência e defesa intransigente dos direitos sociais.

Nesse contexto, destaca-se a importância do Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública, previsto na política de Assistência Social como uma resposta emergencial voltada à proteção de indivíduos e famílias atingidos por desastres naturais ou outros eventos críticos. Este próximo subcapítulo abordará as diretrizes, os objetivos e os desafios desse serviço, considerando sua relevância para a garantia de direitos em momentos de crise e sua interface com a atuação do/a assistente social na linha de frente do atendimento à população em situação de emergência.

3.2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA: DIRETRIZES, DESAFIOS E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública é uma das ações previstas no âmbito da política de Assistência Social, voltado ao atendimento imediato e emergencial de famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade agravada por eventos como desastres naturais, enchentes, deslizamentos ou outras situações de risco coletivo.

Esse serviço tem como objetivo garantir proteção social provisória, assegurar o acesso a direitos básicos e contribuir para a reconstrução da autonomia dos sujeitos afetados. Diante do aumento da frequência e da intensidade desses eventos, especialmente em territórios marcados pela desigualdade social, torna-se

imprescindível compreender as diretrizes e estratégias que norteiam essa modalidade de proteção. Sobre isso, destaca-se que:

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Deve assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. Entre os principais objetivos do serviço, podemos listar: Assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança; Manter alojamentos provisórios, quando necessário; Identificar perdas e danos ocorridos e cadastrar a população atingida; Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas; Promover a inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais (MEDEIROS, et al. 2023, p. 31).

Medeiros et al. (2023) apresenta de maneira sistematizada as ações fundamentais do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, destacando seu papel essencial na garantia de proteção social imediata para populações impactadas por eventos críticos. Esse serviço, ao assegurar acolhimento em condições dignas, provisões materiais e articulação com a rede de políticas públicas, reforça o compromisso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com a proteção integral dos cidadãos, mesmo em contextos de extrema vulnerabilidade. Tais ações não apenas respondem às demandas emergenciais, mas também visam preservar a dignidade dos sujeitos e prevenir a intensificação de situações de risco social.

Contudo, para que tais objetivos sejam de fato alcançados, é necessário reconhecer o protagonismo do/a assistente social como agente articulador dessas ações. A atuação desse/a profissional é central tanto na identificação das necessidades emergenciais quanto na mediação entre os sujeitos e os recursos institucionais disponíveis. Em contextos de calamidade, o trabalho técnico é atravessado por desafios estruturais como escassez de recursos, desorganização institucional e alta demanda por atendimento. Nesse sentido, a prática profissional exige não apenas preparo técnico e conhecimento da rede socioassistencial, mas também sensibilidade, postura ética e capacidade de ação rápida e articulada com outros setores, reafirmando o papel do Serviço Social como essencial na linha de frente das respostas sociais em situações de emergência.

Apesar da existência de diretrizes bem definidas e da previsão de ações essenciais no âmbito do Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública, a realidade vivenciada nos territórios muitas vezes revela um cenário distinto. Em contextos de emergência, como as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024, os abrigos provisórios, que deveriam ser espaços de acolhimento e segurança, se transformaram em locais marcados por vulnerabilidade extrema, desorganização e, em alguns casos, por graves violações de direitos. A precariedade da estrutura, a falta de profissionais capacitados e a ausência de articulação eficaz entre os serviços contribuem para o agravamento das condições de vida das pessoas já afetadas pela calamidade.

Essa realidade foi amplamente denunciada por veículos de comunicação, que evidenciaram situações de negligência, abusos e violências ocorridas dentro dos próprios espaços destinados à proteção emergencial da população. A seguir, apresenta-se um trecho de matéria jornalística que ilustra com clareza as fragilidades enfrentadas nos abrigos improvisados durante a tragédia de 2024, trazendo à tona a urgência de refletir sobre a responsabilidade do Estado e os desafios postos à atuação dos/as assistentes sociais nesse contexto.

O local, que deveria oferecer um lar para famílias vítimas das enchentes de maio de 2024, tem se tornado um espaço marcado pela insegurança, com situações de abuso de autoridade, tráfico de drogas, exploração sexual e circulação de armas brancas e de fogo", diz uma das denunciantes, que preferiu não se identificar (MARKO, et al., 2024).

Esse relato revela com contundência o abismo entre a política prevista e a prática efetiva nos territórios. A ausência de controle, a fragilidade das estruturas públicas e a falta de profissionais suficientes e qualificados nos espaços de acolhimento temporário agravam a vulnerabilidade das pessoas já afetadas pelo desastre. Para o/a assistente social, esse cenário impõe o desafio ético e técnico de atuar diante da violação de direitos, exigindo não apenas mediação institucional, mas também denuncia, articulação em rede e compromisso com a defesa da vida e da dignidade humana. Mais do que prestar um serviço, trata-se de proteger sujeitos em situações-limite, reafirmando o papel político da profissão em tempos de crise.

Infelizmente a prática é totalmente distinta das orientações técnicas elaboradas para esse tipo de situação.

Entre as principais orientações técnicas dos organismos envolvidos nas ações de resposta às pessoas afetadas por uma diversidade de situações socioemergenciais está a estruturação de um alojamento provisório. Para a Política de Assistência Social, um local para repouso e restabelecimento pessoal, com condições de salubridade, instalações sanitárias para banho e higiene pessoal, com privacidade individual e/ou familiar; espaço para realização de refeições; espaço para estar e convívio, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Ressaltamos que este espaço estará disponível para todas as pessoas cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo (MEDEIROS, et al. 2023, p. 34).

Conforme orientações estabelecidas nas Diretrizes da Política de Assistência Social para situações de Emergência Socioassistencial, a atuação da Assistência Social nesses contextos deve seguir princípios específicos voltados à resposta a essas situações, como:

- Primazia da coordenação do poder público-estatal
- Ações coordenadas e fortalecimento das capacidades locais
- Garantia dos direitos, prevenção e combate à violência e violação de direitos
- Fortalecimento da participação e do controle social e respeito à cultura local
- Atuação intersetorial ((MEDEIROS, et al. 2023, p. 32,33).

Embora as Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial apresentem um conjunto de orientações abrangentes e fundamentais para a garantia de direitos em situações de calamidade pública, é preciso reconhecer que há um distanciamento considerável entre a teoria e a prática. As diretrizes apontam para a necessidade de uma atuação coordenada pelo Estado, com participação da sociedade civil, assegurando ações pautadas na prevenção de violações de direitos, na articulação intersetorial e no fortalecimento da autonomia dos sujeitos afetados. No entanto, o que se observa, especialmente em eventos recorrentes como enchentes, é a precarização da resposta institucional e a negligência no cumprimento dessas determinações.

Os abrigos temporários, por exemplo, que deveriam ser estruturados como espaços de acolhimento e proteção, frequentemente se transformam em ambientes insalubres, desorganizados e inseguros, nos quais há relatos de violência, abusos e omissão de atendimento adequado. A ausência de profissionais qualificados e de um planejamento prévio e integrado entre os entes federativos compromete a efetividade da política de assistência social nesses contextos. Isso evidencia não apenas a fragilidade da gestão pública diante das emergências, mas também a falta

de prioridade política que historicamente marca as ações voltadas às populações mais vulnerabilizadas.(MARKO,et al. 2024).

Além disso, a flexibilização das rotinas de atendimento, prevista nas diretrizes como uma estratégia para adaptação ao contexto emergencial, muitas vezes é utilizada como justificativa para o enfraquecimento dos direitos sociais, contrariando os princípios éticos da profissão. Em vez de garantir acesso universal, atendimento humanizado e respeito à diversidade, muitas ações acabam por reforçar práticas assistencialistas, pontuais e desarticuladas, que não promovem a superação das vulnerabilidades nem respeitam a centralidade do usuário nos processos de decisão.

Diante disso, é fundamental que o/a assistente social atue de forma crítica e comprometida com os fundamentos do projeto ético-político da profissão, denunciando as situações de violação de direitos, exigindo o cumprimento das diretrizes normativas e contribuindo para a construção de estratégias coletivas que garantam uma resposta mais eficaz, ética e humanizada às situações de emergência. A atuação profissional nesses contextos deve ir além da execução de tarefas operacionais, assumindo uma postura política de enfrentamento às desigualdades e de defesa intransigente dos direitos humanos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuaram diretamente no enfrentamento das enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024. A pesquisa buscou compreender, a partir de suas experiências e perspectivas, como se deu a atuação profissional em contextos de calamidade

pública, bem como os desafios, limitações e estratégias desenvolvidas no exercício profissional frente à emergência social instalada.

A pesquisa contou com a participação de seis (6) Assistentes Sociais, sendo cinco (5) atuantes na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS e uma (1) no município de Santana do Livramento/RS. As profissionais atuaram em contextos diversos, ocupando diferentes espaços institucionais e territoriais, o que conferiu à pesquisa uma pluralidade de olhares e experiências sobre o papel do Serviço Social em situações de crise e calamidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em formato de questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, elaboradas com o intuito de captar aspectos qualitativos e quantitativos das vivências profissionais. O contato inicial com as participantes foi estabelecido via aplicativo WhatsApp, e todas aceitaram voluntariamente participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

A primeira categoria de análise refere-se à identificação de experiências das profissionais no enfrentamento de situações de calamidade pública, buscando verificar se esta foi a primeira atuação em tais contextos, bem como a localidade/território e a função exercida por cada uma. Na sequência, são abordados os principais limites e possibilidades encontrados no que diz respeito aos recursos financeiros e estratégicos disponíveis para a atuação durante o período da calamidade, às políticas públicas acessíveis no momento da gestão da crise e às demandas mais recorrentes. Esses elementos são analisados considerando a forma como impactaram e influenciaram a prática profissional interventiva das Assistentes Sociais participantes da pesquisa.

4.1 AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS EM CONTEXTOS DE CALAMIDADE PÚBLICA: PRIMEIRA ATUAÇÃO, LOCALIDADE E FUNÇÃO EXERCIDA

A primeira categoria de análise buscou compreender a trajetória das assistentes sociais em situações de calamidade pública, a partir da seguinte pergunta: "A atuação durante as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024, foi a sua primeira experiência profissional em contexto de calamidade pública?"

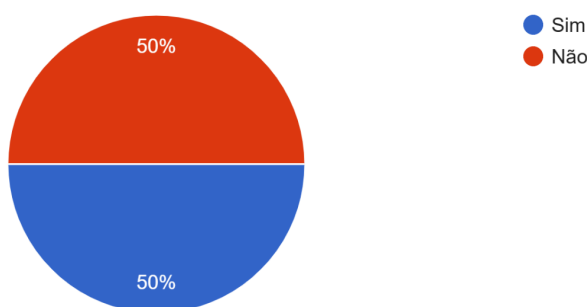
Como Assistente Social, esta foi a primeira vez que atuou exercendo sua profissão em situação de calamidade pública?"

Conforme demonstra o gráfico abaixo, das (6) profissionais participantes da pesquisa, (3) (50%) relataram que essa foi a primeira vez que atuaram em um cenário de calamidade pública, enquanto as outras (3) (50%) já haviam vivenciado experiências anteriores nesse tipo de contexto.

Gráfico 1 - Identificação da primeira atuação em contexto de calamidade pública.

Como Assistente Social, esta foi a primeira vez que atuou exercendo sua profissão em situação de calamidade pública?

6 respostas



Fonte: Inchauspe (2024)

A distribuição equitativa das respostas evidencia que, embora algumas profissionais já possuam vivência em contextos emergenciais, metade do grupo teve seu primeiro contato com esse tipo de demanda apenas durante as enchentes de 2024. Esse dado levanta reflexões importantes sobre a preparação dos assistentes sociais para lidar com cenários marcados pela urgência, instabilidade e elevada complexidade social.

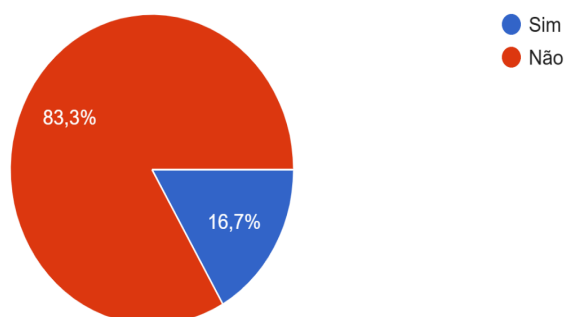
É possível inferir que, na maioria dos cursos de graduação em Serviço Social, a formação específica para atuação em desastres e situações de calamidade ainda não ocupa um espaço estruturado e sistemático no currículo. A formação teórico-prática, embora ampla e crítica, costuma centrar-se em políticas sociais tradicionais e nos diversos campos de atuação consolidados da profissão, como saúde, assistência social, habitação, entre outros. Assim, o enfrentamento de

situações emergenciais, como calamidades públicas, acaba sendo um campo de atuação que os profissionais vão desbravando na prática, muitas vezes sem preparo técnico prévio. Essa lacuna formativa pode gerar insegurança e dificuldade na tomada de decisões, especialmente quando as demandas exigem respostas rápidas, articulação com múltiplos atores institucionais e atuação em contextos de sofrimento social agudo. Dessa forma, os profissionais se veem impelidos a buscar formação complementar após sua inserção no mundo do trabalho, por meio de cursos de capacitação, oficinas, intercâmbio de experiências ou mesmo pela prática cotidiana nos territórios afetados.

Gráfico 2 -Porcentagem das Assistentes Sociais que tiveram o tema “Atuação em Situação de Calamidade Pública” em sua graduação.

Alguma vez foi falado/comentado ou você estudou no curso de bacharel em Serviço Social sobre a atuação do/a Assistente Social em contexto de calamidade pública?

6 respostas



Fonte: Inchauspe (2024).

Essas constatações reforçam a necessidade de que a formação inicial em Serviço Social amplie seu olhar para os desastres socioambientais e contextos de crise, incorporando conteúdos e estratégias pedagógicas que preparem os futuros profissionais para intervir de maneira ética, técnica e crítica em tais situações. Além disso, apontam para a importância de políticas públicas que incentivem a formação continuada dos trabalhadores do SUAS e de outras políticas sociais envolvidas nesses contextos. Nesse contexto, torna-se relevante considerar a localidade e o território de atuação das profissionais, uma vez que esses elementos influenciam

diretamente as estratégias adotadas e os desafios enfrentados na intervenção em situações de crise.

Conforme destaca Haesbaert (2004, p. 105), o território é mais do que uma base física ou geográfica; é também o espaço vivido, construído socialmente pelas relações econômicas, políticas e culturais que nele se desenvolvem. As falas das entrevistadas ilustram a diversidade de trajetórias e a inserção da profissão em diferentes momentos de crise. A Assistente Social 1, por exemplo, relatou sua experiência durante o período da residência multiprofissional em saúde mental:

Assistente Social 1: Durante a residência integrada multiprofissional em saúde mental atuei 3x em enchentes em São Leopoldo e Triunfo, auxiliei na organização de roupas, banhos, atendimentos voltados à saúde mental.

Já a Assistente Social 2 destacou sua atuação em eventos de grande impacto social, como o incêndio da Boate Kiss e enchentes anteriores no município de São Leopoldo:

Assistente Social 2: Já tinha atuado no atendimento às famílias e vítimas da Boate Kiss em Porto Alegre e desde 2023 com a questão das enchentes aqui em São Leopoldo/RS, município ao qual eu resido.

Esses relatos demonstram como a atuação do/a assistente social pode ocorrer em diferentes esferas, desde a organização de recursos básicos até o cuidado em saúde mental e o acolhimento de vítimas em situações traumáticas. Ao mesmo tempo, evidenciam que parte dessa qualificação se constrói no cotidiano do trabalho e não necessariamente durante a formação de base.

A presença do/a assistente social nesses cenários evidencia não apenas a versatilidade da profissão, mas também a urgência de que o preparo para atuação em contextos de calamidade pública seja tratado como uma demanda real e crescente dentro das diretrizes curriculares. As situações mencionadas pelas participantes revelam que o enfrentamento às emergências exige habilidades que vão além do domínio técnico: requer sensibilidade, capacidade de articulação intersetorial, escuta qualificada e tomada de decisões em contextos de forte vulnerabilidade. Diante disso, torna-se indispensável o investimento em políticas públicas que fortaleçam a formação continuada, a supervisão técnica e o apoio institucional aos profissionais inseridos em contextos de desastre, de modo a assegurar uma atuação ética, efetiva e humanizada.

A intervenção social que hoje incide sobre a mitigação, preparação, resposta e períodos de recuperação de desastres deve avançar para o campo da formação, da investigação teórica e da produção científica (ÁVILA, 2017, p.343).

Desse modo, evidencia-se que o aprimoramento da formação profissional e da pesquisa é essencial para consolidar práticas mais eficazes e fundamentadas em contextos de calamidade pública.

4.2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS: A VISÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DE CRISE

Esta segunda categoria busca analisar os desafios e as potencialidades das estratégias institucionais e recursos financeiros utilizados pelas assistentes sociais na gestão das crises, mais especificamente durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Através das respostas das profissionais, será possível entender como essas estratégias são avaliadas, considerando as limitações e as possibilidades que surgem dentro do contexto institucional e financeiro:

Assistente Social 1: O despreparo frente a necessidade de agir, tutela de itens, falta de respeito à autonomia de usuários/as e às particularidades (alimentação de crianças com TEA, por exemplo), falta de recursos como internet para acessar prontuários e realizar os registros de maneira ágil.

Assistente Social 2: Verifica-se que foi investido muitos recursos, no entanto, no trabalho de base, muitas famílias não conseguiram acessar como exemplo benefícios eventuais que foram disponibilizados tanto pelo Governo Estadual, Federal e em alguns momentos do Municipal. Outro exemplo são os alugueis sociais para as famílias que não tem condições de retornar para as suas moradias, as políticas habitacionais, também tem sido um desafios ainda para as famílias atingidas pela enchente. No período mais crítico dos abrigamentos e das famílias desalojadas, percebe-se que enquanto gestões públicas não tem uma organização de comando único, fato que por vezes revitimizou as famílias e indivíduos devido a desorganização e fragilidade dos serviços em termos de equipamentos e recursos humanos.

Assistente Social 3: O principal limite foi o espaço físico durante este período, e como possibilidade foi o engajamento das equipes durante este tempo, mesmo com as dificuldades.

Assistente Social 4: Tive o privilégio em atuar no abrigo da Unisinos, pois faço residência na instituição, acredito que o cenário foi diferente de outros locais devido a estrutura do local. Por ser uma instituição de ensino, a Unisinos utilizou como estratégia colocar os professores e alunos para realizar práticas durante o abrigo, então as potencialidades foram as atuações de diferentes núcleos dentro do abrigo, sendo eles: educação física, psicologia, serviço social, medicina, farmácia, nutrição, fisioterapia, enfermagem, pedagogia, entre outros.

Assistente Social 5: Acredito que um dos principais limites seja o planejamento, que deve ser realizado de forma urgente por tratar-se de situação calamidade pública, exigindo que os profissionais desempenhem ações que nunca foram desenvolvidas, demandando dos profissionais flexibilidade de horários, tendo inclusive que deslocá-los aos territórios atingidos. Em relação as possibilidades, em minha experiência pude observar que houve boa articulação entre as políticas públicas para o melhor atendimento das demandas.

Assistente Social 6: Itens básicos como EPIS, dificuldades de acesso a serviços e informações.

Os depoimentos das assistentes sociais evidenciam limitações significativas nas respostas institucionais às enchentes de 2024, revelando um cenário marcado pelo despreparo, pela escassez de recursos e pela fragilidade estrutural dos equipamentos e serviços sociais diante da magnitude da crise.

As falas das profissionais 1, 2, 5 e 6 apontam para a insuficiência da estrutura institucional frente à emergência. Dentre os problemas relatados estão: despreparo técnico (AS1), ausência de EPIs e insumos (AS6), e dificuldade de acesso a prontuários e registros por falta de internet (AS1). Como destacam Yazbek (2021) e Iamamoto (2008), o trabalho do assistente social está inserido em um contexto de mediação das expressões da questão social, o que exige não apenas preparo técnico, mas também condições objetivas de trabalho. A precarização das políticas sociais impacta diretamente na atuação dos profissionais, comprometendo a eficácia da intervenção em momentos críticos.

Outro aspecto recorrente nas falas das profissionais refere-se às desigualdades no acesso às políticas públicas durante a calamidade, revelando situações em que a desorganização institucional e a ausência de um comando unificado resultaram na revitimização das famílias atingidas.

A AS2 relata que, apesar dos recursos disponibilizados, muitas famílias não acessaram benefícios eventuais e políticas habitacionais, devido à desorganização e falta de comando unificado. Isso levou à revitimização da população já atingida pela calamidade. A revitimização está associada à ineficiência das políticas públicas e à ausência de um planejamento intersetorial eficaz, como apontado por Silva (2016). Em situações de calamidade, a gestão pública deve garantir a integralidade e a equidade no acesso às políticas sociais, o que exige coordenação entre os entes federativos e articulação entre diferentes setores, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

As narrativas das profissionais também evidenciam os limites e as potencialidades encontrados nos espaços de atuação durante a emergência, os quais variam conforme a estrutura física disponível, a articulação institucional e o engajamento das equipes envolvidas.

A AS3 destaca o limite físico, mas também aponta como potencialidade o engajamento das equipes. Já a AS4 traz uma experiência positiva, destacando a estrutura da Unisinos e a atuação interdisciplinar como estratégia efetiva. A interdisciplinaridade, conforme enfatiza Barroco (2007), é fundamental na intervenção em contextos de crise, pois permite um atendimento mais integral às necessidades da população. A atuação articulada entre diferentes áreas do conhecimento fortalece a capacidade de resposta dos serviços, o que está em consonância com os princípios éticos do Serviço Social.

Outro ponto relevante identificado nos relatos refere-se à necessidade de um planejamento emergencial eficaz e à flexibilidade dos profissionais frente às demandas imprevisíveis e intensas que surgem em contextos de calamidade pública.

A AS5 aponta o planejamento emergencial como um desafio central, evidenciando a necessidade de flexibilidade profissional e deslocamento aos territórios atingidos. Essa fala mostra como a atuação em calamidades exige dinamicidade, iniciativa e capacidade de articulação. O/a assistente social, segundo o Código de Ética Profissional (1993), deve atuar com compromisso ético-político, adaptando-se às diferentes realidades sociais sem abrir mão dos direitos sociais dos usuários. Em situações de calamidade, essa flexibilidade se torna essencial para garantir a continuidade dos atendimentos e a mediação com os serviços públicos disponíveis.

As falas das assistentes sociais revelam que, apesar das adversidades estruturais e institucionais, existem experiências de engajamento, criatividade e articulação intersetorial que potencializam a atuação profissional. No entanto, a ausência de planejamento e de recursos adequados, somada à desorganização na gestão das políticas públicas, impõe desafios significativos, sobretudo no que diz respeito à proteção social dos mais vulneráveis.

A partir da análise das falas das profissionais, emergem diversos desafios enfrentados pelas assistentes sociais no contexto da calamidade, os quais dizem

respeito tanto às condições objetivas de trabalho quanto às limitações das políticas públicas e à complexidade das demandas apresentadas pela população afetada.

a) Desafios relacionados à falta de recursos e infraestrutura

Assistente Social 1: O despreparo frente à necessidade de agir, tutela de itens, falta de respeito à autonomia de usuários/as e às particularidades (alimentação de crianças com TEA, por exemplo), falta de recursos como internet para acessar prontuários e realizar os registros de maneira ágil.

Assistente Social 6: Itens básicos como Epis, dificuldades de acesso a serviços e informações.

As assistentes sociais apontam a falta de recursos materiais e tecnológicos como um dos principais obstáculos. A escassez de itens básicos, como EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), e a dificuldade de acesso a serviços essenciais (como prontuários e registros) comprometem a qualidade da assistência prestada. Esses desafios podem ser considerados reflexos da falta de planejamento antecipado e da fragilidade das infraestruturas de apoio.

b) Desafios relacionados à gestão pública e coordenação entre instituições

Assistente Social 2: Verifica-se que foi investido muitos recursos, no entanto, no trabalho de base, muitas famílias não conseguiram acessar como exemplo benefícios eventuais que foram disponibilizados tanto pelo Governo Estadual, Federal e em alguns momentos do Municipal. Outro exemplo são os alugueis sociais para as famílias que não tem condições de retornar para as suas moradias, as políticas habitacionais, também tem sido um desafio ainda para as famílias atingidas pela enchente. No período mais crítico dos abrigamentos e das famílias desalojadas, percebe-se que enquanto gestões públicas não tem uma organização de comando único, fato que por vezes revitimizou as famílias e indivíduos devido a desorganização e fragilidade dos serviços em termos de equipamentos e recursos humanos.

A falta de coordenação e o modelo fragmentado de gestão pública são destacados como um grande desafio. A ausência de um comando único e a desorganização entre as esferas de governo geraram ineficiência na distribuição de recursos e serviços, agravando a situação das famílias atingidas. Isso demonstra a fragilidade nas respostas emergenciais e a necessidade de um planejamento integrado entre diferentes esferas de poder.

c) Desafios relacionados ao espaço físico e à logística de atendimento

Assistente Social 3: O principal limite foi o espaço físico durante este período, e como possibilidade foi o engajamento das equipes durante este tempo, mesmo com as dificuldades.

O espaço físico limitado foi um obstáculo significativo, provavelmente comprometendo a capacidade de atendimento adequado às famílias afetadas. Esse problema é comum em situações de emergência, onde a infraestrutura disponível muitas vezes não é suficiente para suportar a grande demanda.

Sobre as potencialidades identificadas pelas assistentes sociais, destacam-se o engajamento das equipes, a articulação intersetorial e a utilização criativa dos recursos disponíveis, os quais contribuíram para minimizar os impactos da crise e qualificar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

a) Potencialidades nas estratégias institucionais e parcerias

Assistente Social 4: Tive o privilégio em atuar no abrigo da Unisinos, pois faço residência na instituição, acredito que o cenário foi diferente de outros locais devido a estrutura do local. Por ser uma instituição de ensino, a Unisinos utilizou como estratégia colocar os professores e alunos para realizar práticas durante o abrigo, então as potencialidades foram as atuações de diferentes núcleos dentro do abrigo, sendo eles: educação física, psicologia, serviço social, medicina, farmácia, nutrição, fisioterapia, enfermagem, pedagogia, entre outros.

A colaboração interinstitucional, envolvendo uma universidade e seus diversos núcleos, foi uma estratégia positiva e eficaz. A atuação conjunta de diferentes áreas do saber (psicologia, medicina, pedagogia, entre outros) contribuiu para um atendimento mais abrangente e coordenado, o que é uma boa prática em situações de calamidade pública. Essa experiência pode ser vista como um exemplo de como parcerias institucionais podem potencializar os recursos disponíveis, oferecendo um atendimento mais completo e integrado.

b) Potencialidades nas políticas públicas e articulação interinstitucional

Assistente Social 5: Acredito que um dos principais limites seja o planejamento, que deve ser realizado de forma urgente por tratar-se de situação calamidade pública, exigindo que os profissionais desempenhem ações que nunca foram desenvolvidas, demandando dos profissionais flexibilidade de horários, tendo inclusive que deslocá-los aos territórios atingidos. Em relação as possibilidades, em minha experiência pude observar que houve boa articulação entre as políticas públicas para o melhor atendimento das demandas.

A articulação eficaz entre as políticas públicas é vista como uma das principais potencialidades no período de calamidade. Embora o planejamento tenha sido um desafio, a flexibilidade e a colaboração entre os diferentes serviços públicos contribuíram para uma resposta mais eficiente às necessidades das famílias. A atuação integrada das diversas esferas do governo é essencial para otimizar os recursos e serviços oferecidos. Dessa forma, a análise das falas revela que, embora as limitações estruturais e institucionais tenham representado entraves significativos à efetivação de respostas rápidas e adequadas no contexto da calamidade pública, a capacidade de articulação, a atuação em rede e o compromisso ético-político das assistentes sociais se mostraram como potencialidades fundamentais para enfrentar os desafios postos. Nesse sentido, como afirmam Mota e Barros (2020, p. 63), a atuação do assistente social em situações de emergência exige criatividade, sensibilidade social e articulação com diversas políticas públicas, ultrapassando a lógica da resposta imediatista e incorporando uma perspectiva crítica e propositiva.

4.3 ENTRE DEMANDAS, INTERVENÇÕES E FUTURO: A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM CALAMIDADES E AS PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO PROFISSIONAL

A vivência das/os Assistentes Sociais em contextos de calamidade pública revela um cenário de múltiplas e complexas demandas, que exigem respostas imediatas, sensibilidade técnica e preparo ético-político. Nesta última categoria da pesquisa, são exploradas as principais necessidades identificadas pelos profissionais durante a atuação nas enchentes de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, os impactos dessas demandas em suas práticas interventivas e as reflexões sobre como fortalecer o papel do Serviço Social em futuras ações de gestão de crises. As falas das participantes revelam tanto os limites enfrentados quanto as potências mobilizadas, oferecendo subsídios importantes para o avanço da profissão diante das expressões intensificadas da questão social.

Dentre os aspectos destacados pelas profissionais, as demandas emergenciais se sobressaem como desafios centrais durante a atuação em contextos de calamidade, exigindo respostas rápidas e articulação constante com a rede de proteção social.

As assistentes sociais relataram que as principais demandas estavam relacionadas ao acesso a alimentos, água potável, roupas, itens de higiene, abrigo, benefícios sociais e suporte em saúde mental. Além disso, emergiram situações de violência e a dificuldade de localização de familiares, principalmente nos abrigos.

Assistente Social 1: Questões de saúde mental (trauma, sofrimento psíquico, falta de medicamentos e receitas, etc), infos sobre auxílios, necessidade de roupas e itens de higiene, conflitos e violências.

Assistente Social 2: ...abrigo, transferência para outros abrigos para manutenção dos vínculos familiares, saúde mental e atendimento a públicos como idosos, mulheres, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.

Essas falas demonstram a sobreposição de vulnerabilidades, exigindo do/a assistente social uma escuta qualificada, articulação com a rede e tomada de decisões rápidas. A ausência de uma organização prévia e o volume das demandas interferiram na qualidade do atendimento, o que reforça a importância do planejamento e da existência de protocolos específicos para a atuação em desastres.

A intensidade e complexidade das demandas também repercutiram diretamente na prática profissional das assistentes sociais, gerando impactos significativos em seu cotidiano de trabalho, tanto do ponto de vista técnico quanto emocional.

As demandas não apenas impactaram o cotidiano da intervenção profissional, mas também provocaram reflexões sobre o próprio exercício da profissão em contextos críticos. As falas revelam sentimentos de sobrecarga, resiliência, fortalecimento de vínculos e amadurecimento profissional.

Assistente Social 2: Foi um momento muito difícil, mas gratificante acolher as famílias com cuidado e também ser acolhida. [...] Com certeza, agora ainda mais, procuro ser todos os dias uma Assistente Social melhor como pessoa e como profissional.

Assistente Social 4: Com essa atuação me senti mais confiante em realizar escuta em saúde mental.

Assistente Social 3: Trouxeram outras perspectivas e me impulsionaram a procurar qualificação e especialização.

É perceptível que, diante da calamidade, as profissionais atuaram para além dos aspectos técnicos, mobilizando também aspectos humanos, emocionais e políticos da profissão. A escuta sensível e o olhar atento às necessidades emergentes tornaram-se fundamentais para a continuidade da intervenção, mesmo frente ao desgaste físico e emocional.

Essas vivências e desafios ressaltam a importância de um fortalecimento contínuo da profissão, que passa pela capacitação constante e pelo reconhecimento da necessidade de um olhar mais sensível e humano, especialmente em contextos de crise.

A terceira parte dessa categoria destaca as reflexões das profissionais sobre o fortalecimento do Serviço Social em ações futuras de enfrentamento a calamidades. A maioria apontou a necessidade de capacitação permanente, organização dos serviços, valorização profissional e planejamento prévio em políticas públicas de emergência.

Assistente Social 1: É de extrema importância capacitações para que possamos estar mais preparados para atuarmos nestas situações, até emocionalmente.

Assistente Social 4: Contratando equipes qualificadas, não remanejando profissionais de outras secretarias para atuar na calamidade...

Assistente Social 6: Ter cuidado nas abordagens, ouvir atentamente os usuários e buscar atender as demandas básicas emergenciais e após seguir o trabalho nos demais contextos.

As falas evidenciam um desejo coletivo de fortalecimento ético-político, técnico e organizacional da profissão, de modo que a intervenção em situações de emergência não seja improvisada, mas fruto de preparo articulado com a rede de proteção social.

As falas analisadas revelam a complexidade da atuação do/a assistente social diante de catástrofes socioambientais e reforçam a importância de incorporar o debate sobre emergências e desastres na formação e nas políticas públicas. A necessidade de formação continuada, planejamento institucional e valorização profissional aparece como ponto central para que o Serviço Social atue de forma eficaz e ética em cenários de crise.

Ao ser convocada para cumprir o dever ético de socorro à população em situação de calamidade pública, a categoria de assistentes sociais deve fazê-lo de maneira competente, articulando, na prática, as dimensões ético-política e teórico-metodológica do Serviço Social (CFESS, Brasília, 2022).

Assim, percebe-se que a atuação profissional deve integrar fundamentos teóricos e princípios éticos, garantindo respostas consistentes e humanizadas diante das crises sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo central compreender como atua o/a Assistente Social na gestão de crises no contexto de calamidade pública, analisando as políticas públicas e normativas que orientam essa atuação, bem como o processo interventivo adotado por esses profissionais diante de situações de desastre. A pesquisa teve como motivação a necessidade urgente de discutir e aprofundar a atuação profissional em um cenário que tem se tornado cada vez mais recorrente no Brasil, especialmente diante das trágicas enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Ao longo do trabalho, procurou-se articular a prática profissional com o embasamento teórico e legal do Serviço Social, analisando o papel estratégico que o/a Assistente Social exerce na linha de frente da resposta às emergências. A pesquisa de campo realizada com (6) profissionais que atuaram diretamente nessas situações permitiu identificar múltiplas experiências, perspectivas e desafios, revelando não apenas a diversidade de atuações, mas também a urgência em consolidar e fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção, mitigação e resposta a calamidades.

Um dos principais achados da pesquisa foi a constatação de que o tema ainda carece de maior aprofundamento tanto na formação profissional quanto na produção acadêmica. Os relatos evidenciaram a fragilidade das redes intersetoriais, a escassez de recursos e a ausência de protocolos padronizados de atuação em contextos emergenciais. Verificou-se, ainda, que muitas das ações realizadas pelos/as Assistentes Sociais ocorreram de forma improvisada, sendo determinadas pela urgência da demanda e pela sensibilidade profissional diante da extrema

vulnerabilidade vivida pela população afetada. Em diversos casos, os/as profissionais atuaram sem o devido respaldo institucional, enfrentando limitações estruturais que comprometem a efetividade do atendimento e a garantia de direitos.

A contribuição deste trabalho para o Serviço Social é significativa, na medida em que busca lançar luz sobre uma área de atuação que, embora presente no cotidiano de muitos profissionais, ainda é pouco debatida e sistematizada. A experiência das entrevistadas demonstra que os/as Assistentes Sociais são fundamentais na mediação entre o Estado e a população em situações de crise, exercendo um trabalho ético, humanizado e, muitas vezes, salvador de vidas. No entanto, a atuação em contextos de calamidade pública exige preparo técnico, suporte institucional e articulação intersetorial, elementos que, infelizmente, ainda são frágeis ou inexistentes em muitas realidades.

A limitação mais evidente da pesquisa foi a escassez de literatura específica sobre o tema. Há poucas produções acadêmicas que tratam da atuação do/a Assistente Social em contextos de calamidade pública de forma aprofundada, o que dificulta a construção de um referencial teórico robusto e a sistematização de metodologias de intervenção. Ainda assim, a vivência prática relatada pelas entrevistadas constitui uma rica fonte de conhecimento, contribuindo para a formação de um olhar mais crítico e sensível à complexidade dessas situações.

Dessa forma, sugere-se que futuras pesquisas se debrucem sobre esse tema com maior profundidade, explorando não apenas a atuação em desastres naturais, mas também em outras formas de crise social que demandam respostas emergenciais por parte do Serviço Social. É necessário fomentar a produção científica nessa área, ampliar a capacitação dos/as profissionais, incluir esse tema nas grades curriculares dos cursos de graduação e fortalecer os mecanismos de atuação interinstitucional. O trabalho aqui desenvolvido deve ser visto como ponto de partida para novos estudos e práticas comprometidas com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Conclui-se, portanto, que a atuação do/a Assistente Social em contextos de calamidade pública é atravessada por múltiplos desafios, mas também por um profundo compromisso ético-político com a vida e a dignidade humana. Em momentos em que as pessoas perdem tudo, casas, pertences, documentos, vínculos, resta a presença sensível, ética e técnica de profissionais que acolhem no

auge da vulnerabilidade. Ser assistente social nesses momentos é ir além da técnica: é ser humano diante da dor humana. A capacidade de escuta, a mobilização de redes, a criatividade e a resiliência são marcas desse fazer profissional que, mesmo diante de tantas adversidades, não recua do seu compromisso com a justiça social.

Este trabalho deixa como legado a esperança de que outros/as colegas se interessem por essa temática e que, a partir de estudos mais aprofundados, possamos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, preparada e solidária diante das adversidades. Que possamos, enquanto categoria profissional, continuar lutando por condições dignas de trabalho, por políticas públicas efetivas e por uma formação que prepare os/as futuros/as assistentes sociais para enfrentar os inúmeros desafios que se impõem nos contextos de calamidade pública. Porque, como nos mostram os relatos das profissionais entrevistadas, o Serviço Social salva vidas. E isso precisa ser reconhecido, valorizado e fortalecido!

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Roseli Rossi. **Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.112> Acesso em: 15 abr.2025

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 143.

BIANCHI, Paula. Orçamento contra desastres naturais no RS é só 9% do anunciado por governo, diz oposição. **Repórter Brasil**, 22 de mai 2024. Disponível em: [Orçamento contra desastres naturais no RS é só 9% do anunciado por governo, diz oposição - Repórter Brasil](#). Acesso em: 18 de mar. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cepss_1993.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: norma operacional básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/pnas.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASÍLIA, **Código de Ética do/a Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **'Desastres' requerem assistentes sociais. E agora?**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>.

Acesso em: 16 abr. 2025.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO; República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional.

Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009: Aprova a Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Seção 1. Local: Brasília - DF, 2009. Disponível

em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf.

Acesso em: 31 mar. 2025.

Eventos climáticos extremos. **IPAM Amazônia**, s.d. Disponível em:

https://ipam.org.br/glossario/eventos-climaticos-extremos/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwKw--BhDkARIsAD_mnloBHzFb20V3dycuLu0aeN0I21B8SY3EyKzbXNZ4-7m2pDxWI9zNjIsaAtY5EALw_wcB. Acesso em: dia mês ano.

2025.

FERREIRA, Renata. **Emergências no Sistema Único de Assistência Social - SUAS O que fazer?**. Recife, p.7,10. 2023. Disponível em: [Emergências no](#)

[SUAS.pdf](#). Acesso em: 18 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IAMAMOTO, M. V **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, São Paulo, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em:

https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf?utm_source. Acesso em:

20 abr. 2025.

KOURY, Leonardo. Trabalho do Assistente Social em Situações de Calamidade

Pública. **Conexões Geraes**, Minas Gerais, p.30,31. mar. 2025. Disponível em: [O](#)

[trabalho da e do assistente social em situações de calamidade pública.pdf](#). Acesso em: 18 mar. 2025.

MARKO E AGUIAR, Katia e Clara. Enchentes no RS: funcionários e beneficiários denunciam violência em centros de acolhimento. **Brasil de Fato**, Porto Alegre - RS, nov. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/11/09/enchentes-no-rs-funcionarios-e-beneficiarios-denunciam-violencia-em-centros-de-acolhimento/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. Cortez, 2010, p. 67,89.

MEDEIROS, Cyntia. **A atuação da Assistência Social em situações de calamidades públicas e emergenciais**. Recife, mar. 2023. p.

11,15,16,21,31,32,33,34,67. Disponível em:

03242023102059-caderno.a.atuacao.da.as.em.emergencia.calamidade publica.pdf

Acesso em: 18 de mar. 2025.

MOTA, Ana Elizabete; BARROS, Myrian Veras. **Serviço Social e gestão de riscos e desastres: possibilidades e desafios**. São Paulo: Cortez, 2020.

NERIS, M. S. M “et al”. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial** Brasília, Janeiro de 2021, p.26,27.

NERIS, Mariana et al. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial (versão preliminar)**. Brasília, p.110, out. 2020. Disponível em:

<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/10/Diretrizes-Emergencia-Socioassistencial.-vpreliminar-consulta-publica-out2020.pdf>. Acesso em: 18 mar.

2025.

Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em:

<https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>.

Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política de assistência social brasileira: avanços e limites do processo de institucionalização**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 125, p. 28-52, jan./mar. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/VrNTXxyhTkRzsSB99XjvFyp>. Acesso em: 20 abr.

2025.

Vítimas de enchentes sem água e sem luz. **Globo Play**, 13 de março 2025.

Disponível em:<https://globoplay.globo.com/v/13419767/> . Acesso em: 13 mar. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A questão social e o trabalho do assistente social no Brasil contemporâneo**. In: CFESS; ABEPSS (org.). *Curso de Serviço Social: diretrizes curriculares da ABEPSS – 20 anos*. Brasília, DF: ABEPSS; CFESS, 2021.

p. 83-99. Disponível em:

https://abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf?utm_source. Acesso em: 20 abr. 2025.

ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por Ana Carolina de Oliveira Inchauspe. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Cleci Elisa Albiero, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contexto de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um

questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santana do Livramento - RS, 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura do (a) participante: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA LUCIA DA SILVA MAGALHAES
Data: 13/02/2025 20:55:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE
Data: 22/04/2025 13:03:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br CLECI ELISA ALBIERO
Data: 30/01/2025 16:50:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por CLECI ELISA ALBIERO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da _assistente social na gestão de crises no contextos de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética

em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um QUESTIONÁRIO. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santana do Livramento - RS, 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br CLECI ELISA ALBIERO
Data: 30/01/2025 16:50:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por CLECI ELISA ALBIERO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contextos de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que

os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um QUESTIONÁRIO. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santana do Livramento - RS, 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura do (a) participante: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA MORAES JERONIMO
Data: _____
VERIFIQUE
gov.br ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE
Data: 19/03/2025 16:07:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br CLECI ELISA ALBIERO
Data: 30/01/2025 16:50:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por CLECI ELISA ALBIERO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contextos de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas

destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um QUESTIONÁRIO. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santana do Livramento - RS, 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br CLECI ELISA ALBIERO
Data: 30/01/2025 16:50:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por CLECI ELISA ALBIERO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contextos de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e

estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um QUESTIONÁRIO. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santana do Livramento - RS, 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura do (a) participante: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAELA MATHIAS SCHARDONG
Data: 05/02/2025 15:06:29-0300
Verifique em <https://>

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE
Data: 05/02/2025 18:03:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Documento assinado digitalmente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE CRISES EM CALAMIDADES PÚBLICAS desenvolvida (o) por ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por CLECI ELISA ALBIERO, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº ou e-mail cleci.a@uninter.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a atuação do/da assistente social na gestão de crises no contextos de calamidade pública, com o intuito de compreender as práticas e estratégias adotadas para atender os atingidos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de um QUESTIONÁRIO. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE DADOS

Eu, Ana Carolina de Oliveira Inchauspe abaixo assinado, comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda documentação e toda informação obtidas nas atividades e pesquisas a serem desenvolvidas no projeto de pesquisa A Atuação do/a Assistente Social na Gestão de Crises em Calamidades Públicas, coordenado pela profª Cleci Elisa Albiero vinculado ao Curso de Bacharelado de Serviço Social, realizado no âmbito Centro Universitário Internacional Uninter, concordando em:

Não divulgar a terceiros a natureza e o conteúdo de qualquer informação que componha ou tenha resultado de atividades técnicas do projeto de pesquisa;

m | 0800 702 0500

Não permitir a terceiros o manuseio de qualquer documentação que componha ou tenha resultado de atividades do projeto de pesquisa;

Não explorar, em benefício próprio, informações e documentos adquiridos através

da participação em atividades do projeto de pesquisa;

Não permitir o uso por outrem de informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa.

Declaro ter conhecimento: de que as informações e os documentos pertinentes às atividades técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou em que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Santana do Livramento - RS 29 de Janeiro de 2025.

Assinatura Aluno:

Nome: Ana Carolina de Oliveira Inchauspé
CPF: 044.410.500-03



Documento assinado digitalmente

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA INCHAUSPE

Data: 22/04/2025 13:11:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura Professor(a) Orientador(a):

Nome: Cleci Elisa Albiero
CPF:



Documento assinado digitalmente

CLECI ELISA ALBIERO

Data: 29/01/2025 14:39:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>